

ARTICULAÇÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: uma leitura sócio-histórica da construção de dois projetos distintos

Laudemir Luiz Zart*

Leda Gitahy**

RESUMO

As reflexões deste artigo surgiram durante a experiência do Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC), graduação especial para camponeses, que relaciona atividades de ensino e de extensão universitárias, e que está sendo desenvolvido na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Este curso faz parte da política pública desenvolvida pelo Programa Nacional para a Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Ao tentar compreender, durante as práticas educativas, o contexto que envolve a agricultura familiar camponesa e agroecológica, surgiram perguntas instigantes, que tentamos formular utilizando abordagens que nos permitem problematizar os sentidos do trabalho e da educação, do campo e do rural, da socioeconomia solidária e da agroecologia.

Palavras-chave: Trabalho do campo e rural – Educação – Socioeconomia Solidária – Agroecologia

ABSTRACT

ARTICULATING WORK AND RURAL EDUCATION a socio-historical reading of construction of two distinctive projects

The reflections which inspired this paper surged during the experience of CAMOSC - Agronomy of Rural Social Movements Program, undergraduate program designed especially for peasants, which relates activities of learning and open university programs, being developed at UNEMAT (University of Mato Grosso). This program is part of public policy developed by PRONERA (National Program for Education in Agrarian Reform). When trying to understand educational practices and the context that involves biologic peasant family farming, some provocative questions arose, and we tried to formulate them under theoretical approaches that allow us to discuss the meanings of work and education, of urban and rural, of solidarity economy and biologic farming.

Keywords: Rural work and Rural; education; solidarity socio-economy; agroecology.

* Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Mestre em Sociologia Política – UFSC. Doutorando no Departamento de Política Científica e Tecnológica IG/UNICAMP. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT). E-mail: laudemirzart13@yahoo.com.br

**Professora Doutora do Departamento de Política Científica e Tecnológica IG/UNICAMP. E-mail: leda@ige.unicamp.br

Introdução

As perguntas centrais que orientam estas reflexões são: qual a relação entre a lógica do agonegocio, que se baseia em um tipo trabalho e de conhecimento orientado para melhorar a posição do Brasil como exportador de *commodities*, e o tipo de trabalho e de conhecimento demandado pelos movimentos sociais do campo, que têm se apoiado na ideia da agroecologia e da socioeconomia solidária? Que tipo de visão de educação fundamenta os projetos sociais representados pela distinção dos conceitos “rural” e “do campo”? Quais são os limites e as possibilidades dos movimentos sociais do campo para romper com o modelo tradicional de formação profissional para os trabalhadores e camponeses com base na recuperação de saberes tradicionais e científicos que se assentam na perspectiva da emancipação social?

Para pensarmos estas questões e enfocarmos o trabalho e a educação do campo na perspectiva sócio-histórica, é importante para a lucidez conceitual, no primeiro plano, distinguirmos o campo do rural. Estes dois adjetivos, que qualificam o trabalho e a educação, expressam na atualidade a leitura analítica de dois processos sociais e gnosiológicos diferentes. Estes estão em desenvolvimento no contexto socioeconômico e político brasileiro e representam perspectivas de mundo, portanto referenciais de classes sociais que se colocam em movimento e em contradição na perspectiva produtiva e de organização social.

O sentido do rural

Vamos analisar o conceito rural. Percebemos em primeiro plano que o rural é o dizer de uma historicidade concreta no Brasil que afirma a estrutura fundiária, política e cognitiva, que foi ligada à configuração do espaço assentado na perspectiva das sesmarias, como analisou Caio Prado Jr. (1994). É o projeto histórico implantado pelo colonizador europeu nas terras brasileiras, outorgando-lhes o seu sentido. Vamos pensar o seu significado. A estrutura fundiária das sesmarias representa objetivamente a opção econômica, social e cultural que concentra a propriedade da terra e que gera

poderes políticos centrados nos proprietários das terras, por meio dos quais constituem-se políticas públicas – aí o controle do Estado – que direcionam os créditos, as tecnologias, as ciências, a educação para o modo de produção controlado pela estrutura fundiária do latifúndio.

Esta configuração tem resultantes sociais importantes. O poder latifundista é gerador da exclusão social, portanto da pobreza do camponês, do trabalhador do campo. O modo de operação social assenta-se em relações sociais e de trabalho escravagistas, negadoras dos direitos civis conquistados pela classe trabalhadora e que historicamente faz parte do próprio mundo burguês. Podemos até concluir que o latifúndio brasileiro não consegue sequer ser burguês, capitalista.

Na perspectiva econômica, o modelo dominante na história brasileira é exportador e monocultural. Os grandes espaços territoriais dos solos serviram e servem fundamentalmente para a produção de riquezas que se destinam a atender demandas de consumo exógeno: é preciso produzir para exportar. Estas perspectivas confirmam-se pela evolução dos ciclos produtivos da economia, passando pela exploração do pau-brasil, pela cana-de-açúcar, pelo café, pela pecuária, pela poaia, pela borracha, pela soja. A estrutura fundiária do latifúndio está numa relação de dependência direta com os capitais estrangeiros. O que significam as crises cíclicas do agonegocio senão a expressão da dependência e da exploração dos solos e do trabalho em favor de relações econômicas e tecnológicas nas quais há o domínio monopólico da semente, dos implementos, das máquinas, dos insumos, do comércio, da indústria? O latifúndio modernizado, representado pela ideologia do agonegocio, constitui uma rede de submissão do agricultor brasileiro a uma cadeia produtiva controlada por multinacionais que têm sua expressão mais agressiva na tecnologia da semente *terminator*, por constituir-se no ápice do controle da vida, pela incapacidade reprodutiva. O agonegocio, na sua versão moderna, carrega o estatuto que afirma a pesquisa científica e a aplicação de tecnologia para alcançar índices produtivos cada vez maiores. Esta é uma necessidade para quem está submetido e compete em relações mercantis de mercados globais.

Além destes aspectos socioeconômicos podemos ainda ilustrar na perspectiva do rural, representado pelo agronegócio, as consequências ecológicas. Pela sua estrutura monocultural e extensiva, o rural é constituinte de ações destruidoras da biodiversidade porque é reducionista e simplista. Este procedimento é eliminador de espécies vegetais e animais, responsável pelo empobrecimento do ambiente natural e cultural. Pelas práticas de uso intensivo de máquinas, agrotóxicos, insumos e sementes híbridas e transgênicas, há um processo contínuo de perda de conhecimentos gerados e experimentados historicamente. A ambiência configurada pelo ruralismo provoca os deslocamentos horizontais, gerando os vazios de gente na terra. Neste sentido, o rural é o espaço que provoca o empobrecimento cultural, porque ocorre a colonização dos conhecimentos tecnocientíficos estendidos não somente pelos órgãos estatais, mas fundamentalmente pelas empresas transnacionais, que difundem não somente conhecimentos, mas essencialmente produtos. A concepção do rural é gerador do dualismo entre o econômico e o ecológico. A dimensão ecológica representa um obstáculo para o progresso, que é combatido, reduzido a uma única dimensão, o econômico.

Para uma compreensão melhor do rural, vamos ainda discutir a questão da educação. Neste particular, Peripolli (2005) demonstra o desprezo histórico em relação à população que trabalha no campo. As atividades voltadas para a agricultura camponesa são consideradas rudimentares e descartáveis, superstição ou ignorância. Já os detentores da terra obtêm o apoio do Estado, em diversas etapas da história do país, que vai promover um tipo de pesquisa agrícola voltada para os seus interesses, enquanto enviam seus filhos para estudar em universidades estrangeiras. O modelo de agronegócio que se difunde a partir da década de 1970 expande a fronteira agrícola, destrói a natureza, em um ritmo muito mais intenso, provoca a urbanização acelerada, expulsando os camponeses da terra em distintas regiões do país, é intensiva em capital e utiliza de forma mais permanente um tipo de mão de obra capaz de operar as novas tecnologias. A profissionalização é para que haja trabalhadores competentes para a reprodução das estruturas

ampliadas das relações de produção capitalistas no meio rural.

O sentido do campo

É no seio desta contradição que o termo rural aparece, no Brasil, como afirmação da classe dominante para a sociedade, e o campo um conceito que surge como construção prático-simbólica dos camponeses, que trata do mundo cultural, econômico e político da classe trabalhadora (MOLINA ; JESUS, 2004). Esta construção é própria da perspectiva de luta, resistência e proposição dos camponeses em marcha, que, mobilizados e organizados em movimentos sociais, gestam e desenvolvem uma historicidade que se opõe ao modelo dominante.

O conceito “campo” refere-se às especialidades dos camponeses, classe social constituída pelos trabalhadores que se mobilizam e organizam-se para resistir ao latifúndio violento e opressor, que ocupam terras improdutivas, que rompem cercas, que erguem bandeiras, que cantam e proclamam a voz e a vez daqueles que historicamente foram desprezados, explorados, dominados. Assim, o que é ridicularizado e desprezado pelo conceito dominante rural transforma-se em símbolo de identidade coletiva camponesa. A mão calejada é a expressão da criatividade e da vida daqueles que com orgulho afirmam o trabalho e a honestidade formam singularidades de ganhar e viver a vida. O campo é a configuração social que diz e pratica a solidariedade, a cooperação, a proximidade, contra a concorrência, a competição, a pulverização provocada pelo rural.

Nesta perspectiva, o sentido do campo não é algo que se forja neste momento da história do Brasil. O sentido do campo é construído há vários séculos, com inúmeros exemplos de resistência e de experiências extraordinárias. O que simbolizou a resistência de grupos indígenas que lutaram contra os dominadores? Ou será que vamos aceitar a história do europeu branco e colonizador que impôs a civilização cristã, destruindo os valores éticos e religiosos das populações seculares que aqui viveram? Ou nos contos dos bandeirantes que prearam os indígenas para explorar e carregar os minerais preciosos do Brasil para acumulá-los na Europa?

Devemos também pensar e reconhecer as lutas de resistência dos negros, que escravizados insistem na sua humanização e humanidade, contra a desumanização imposta pelo colonizador escravagista. Os negros mostraram, pela nossa história concreta, a tenacidade daqueles que se organizaram para construir uma sociedade mais solidária. Ora, o que foram os quilombos senão a experiência viva de se fazer uma organização social que tem na cooperação os fundamentos das relações sociais? A recuperação do invisível em nossa história, que tem sido feita em inúmeros trabalhos de qualidade, precisa ser feita com base em uma perspectiva que leve em conta os conflitos e as contradições inter e intra os diversos grupos e movimentos sociais, sejam eles dominantes ou dominados. Este lembrete é para afirmarmos que perceber e compreender as experiências que diversos grupos sociais construíram no Brasil somente é possível com base metodológica que aceita diversidade e a conflitualidade. Ou podemos fazer outra provocação: se os quilombolas não representaram nada de alternativo, porque o Estado brasileiro, controlado pelo rural, mobilizou e empregou as forças do exército, reprimindo e destruindo o que simbolizava a contradição ao modelo de sociedade dominante?

E os (as) imigrantes europeus trabalhadores (camponeses)? Viventes em um contexto de pobreza, foram motivados (as) a ocupar as terras no Brasil. A leva de imigrantes formou um contingente de trabalhadores (as) que estão apostos para lutar por um pedaço de chão com o objetivo de produzir e de reproduzir seu estilo de vida social. Com estes renascem, nos anos 1980, os movimentos sociais orientados para as conquistas e a permanência na terra. Não distinto, na luta pela terra, são as organizações camponesas no Nordeste brasileiro. Organizados na Liga Camponesa, constroem referências de conquistas políticas e de identidades simbólicas que geram uma rede significativa, que adota a linguagem e as práticas dos camponeses para a constituição de espaços socioculturais e educativos para a formação de sujeitos e a configuração de projetos produtivos que fazem do camponês um agente ativo na construção da sua história.

É neste sentido que os movimentos sociais do campo desenvolvem uma ambiência contra-hegemônica. Consideramos esta afirmação no seguinte

aspecto. Enquanto o rural é a representação da cultura do silêncio, do silenciamento, do medo, do patrimonialismo e do clientelismo, o campo gesta dinâmicas sociais geradoras de participação, da democracia, do diálogo, da responsabilidade ativa e propositiva. O movimento do campo quebra as estruturas e as culturas do silenciamento e provoca a capacidade da fala, da poesia, da ousadia, da utopia que se concretiza pela práxis dos sujeitos sociais em movimento. É, portanto, um processo conscientizador e politizador, porque os participantes compreendem as contradições sociais, definem-se como sujeitos, assumem para si a responsabilidade de delimitar e definir os projetos e as condições de realização dos objetivos que são definidos pela coletividade.

O campo prevê e valoriza os códigos culturais dos camponeses. Encontra nos seus signos e nos seus instrumentos os significantes e os significados da resistência ao modo de produção capitalista. Neles está igualmente a competência propositiva de construção de relações sociais de cooperação. Os movimentos do campo não sobrepõem os modelos culturais que firmam a cultura competitiva de mercado. Não alicerçam as relações humanas orientadas no individualismo. Em contraposição, afirmam a reciprocidade e a solidariedade. Ao afirmar estes valores éticos, o campo tem um grande desafio. Precisa, num movimento dialético-histórico, desconstruir a cultura dominante que está no dominado, portanto enfrenta a alienação e a negação de ser do camponês. Simultaneamente, necessita construir a consciência que identifica o camponês enquanto grupo social, com valores e necessidades próprias. Vale afirmar, o campo propõe enfrentar uma história de cinco séculos de dominação e implantar processos sociais e culturais emancipatórios, gerando uma identidade de grupo social, forjada na ação coletiva (RUSCHEINSKY, 2000).

Para tal empreitada, o campo alicerça um pensamento econômico centrado na coletividade. Há um processo contínuo de reinvenção do conceito de economia. As práticas sociais experienciadas são superadoras do reducionismo dominante na economia capitalista geradora da relação de dependência em relação ao mercado de livre concorrência. A economia do campo, distintamente, é organizada

com base em planejamentos que englobam diversas dimensões como o político, o cultural, o ecológico, o pedagógico. Neste sentido a economia não é um fim, conforme elucida Arruda (2006), mas um meio para a produção da vida integral dos seres humanos na sua comunidade, com seus valores e crenças, e na relação que têm com o meio ambiente natural. Há o exercício para a efetivação do sentido etimológico do conceito. Economia, neste sentido, não é a administração rude do mercado competitivo que procura compreender a relação da demanda e da oferta. Ela é, muito além disso, a ciência e a prática social que tem como fundamento significativo a construção e a análise de procedimentos e normas que geram o cuidado com a “casa”, isto é, o *habitat*, o assentamento, o acampamento, a roça, o armazém, enfim, a terra.

A economia, originalmente, sem a significação da filosofia liberal capitalista, é o modo que os seres humanos encontram e definem para viver em sociedade. Ressignificando a comunidade social e econômica, há uma recomposição da ideia original de que os seres vivos formam redes de cooperação e de solidariedade. Há a complementaridade, a proximidade, a colaboração.

A economia é, portanto, a ciência que gera e analisa a capacidade dos seres humanos de estabelecer normas e processos administrativos para viver em sociedade. As experiências neste aspecto não serão unidimensionais. A pluralidade dos meios favorece as possibilidades criativas dos grupos sociais e o reconhecimento das diversidades culturais. A economia, portanto, é contextualizada. Neste direcionamento não é adequado a fixação e a reprodução de um modelo pré-determinado e fechado. O que deve ser estabelecido são processos sociais de intercâmbio de experiências e de saberes que são gestados pelos diversos grupos sociais.

Estamos afirmando que há um encontro entre a economia e a cultura. Os gostos, costumes e valores são envolvidos e são estruturantes das ações que delimitam a economia. O processo é endógeno, por isso, aberto e dialógico, porque aprende-se com o outro. Com base nesta assertiva podemos orientar que a organização da economia com base na solidariedade ocorre de forma diversa. A estruturação poderá ocorrer em forma de associações, cooperativas, empresas autogestionárias, redes

de colaboração. Há uma situação ética que não poderá ser modificada, que é a concepção radical do princípio da solidariedade. A razão é simples: ao aceitar outro princípio, como por exemplo, a competitividade, o processo entrará numa estrutura que dissipa os processos organizacionais que são complementares e cooperativos, tornando-os antagonísticos e concorrenciais.

Quando afirmamos acima a semântica etimológica da economia, a aproximamos do significado da ambiência sociocultural. Buscar o sentido original do conceito não é torná-lo estático, mas definir a sua dinâmica numa originalidade radical, associando as práticas decorrentes a outros processos igualmente relevantes. Neste contexto argumentativo, associamos a economia com a ecologia. Não as dicotimizamos, como fazem os processos ideológicos ruralistas. Há, diferentemente, a construção de processos sociais e gnosiológicos que preveem a intersecção entre as duas dimensões. A ecologia diz profundamente da compreensão dos sistemas e dos cuidados que são necessários para sua conservação. Portanto as relações com o ambiente natural não poderão ser agressivas e violentas como são as práticas do agronegócio, com o uso intensivo de insumos externos aos sistemas naturais e a eliminação de biodiversidade. Sequer poderá ser violento com o ser humano como são os sistemas de trabalho escravo e a exploração do trabalho.

No campo estão sendo desenvolvidas práticas sociais relevantes, que têm como fundamento o respeito a terra. A agroecologia é a ciência e a experiência de vida que percebe a natureza na sua complexidade. A natureza é complexa. Ao percebê-la desta forma instalam-se e desenvolvem-se experiências que são condizentes com a geração de saberes que condizem com o pensamento sistêmico. Neste sentido, o pensamento cartesiano e moderno é problematizado e negado nos seus preceitos epistemológicos essenciais. A divisão do todo em partes, sem a capacidade do rejunte, torna impossível um conhecimento necessário para a compreensão e a apreensão das relações interdependentes que se retroalimentam, próprias dos processos sistêmicos.

Esta relação não é própria e restrita à natureza. Ela é social, cultural, econômica. Portanto, o campo desafia paradigmas propondo e exercitando

a superação do reducionismo, do simplismo, e testando coletivamente o paradigma da complexidade (MORIN, 1996). Há de ser questionado e verificado, mais profundamente, o respeito aos tempos dos solos, dos vegetais, dos rios, da atmosfera, dos animais. A biodiversidade é a afirmação da riqueza, do engrandecimento. Demonstramos da seguinte forma: enquanto o rural afirma e divulga as sementes transgênicas, com tecnologia *terminator*, monopólio das multinacionais do agronegócio, dependente dos insumos por estes produzidos, o campo afirma as sementes crioulas, que são as expressões da riqueza ecológica e cultural dos grupos sociais que geram um patrimônio de germoplasma imprescindível para a autonomia de uma socioeconomia solidária e radicalmente essencial para a ecologia profunda. Enquanto o rural produz e provoca a pobreza da natureza e dos trabalhadores, o campo induz ao desenvolvimento sustentável e solidário.

Para compreender e construir os referenciais defendidos pelo campo, haverá de ocorrer uma revolução paradigmática na educação. No campo está ocorrendo um processo propositivo, que destrói a concepção e as práticas históricas herdadas do rural, que gestou o analfabetismo, o desprezo ao estilo de vida camponesa, a desconsideração dos saberes e das experiências de vida. O rural provoca e produz a dependência do trabalhador do campo, que tem como consequência as políticas clientelistas e paternalistas, bases culturais e políticas centrais para a dominação e a exploração.

A educação do campo cria uma ambiência que tem como centralidade o modo de vida, a simbologia, os valores, as pessoas dos camponeses. Podemos aferir que para ser camponês é preciso estudar muito. Esta assertiva poderia soar estranha se os movimentos sociais do campo não estivessem transformando os conceitos e as metodologias relativas à historicidade brasileira. A contra-hegemonia que está sendo gestada é ousada em propor uma educação problematizadora, no sentido freireano (1983), que afirma que o saber pedagógico é político; que, por conseguinte, é necessário provocar a consciência camponesa que se faz sujeito da sua própria história. A educação, aquela que se faz no movimento, na caminhada, na barraca de lona, na escola, no coletivo de produção e de consumo, nos

grupos de base, é aquela que inverte valores.

É importante compreender que a inversão dos valores só é necessária porque ocorreu no Brasil com a maior intensidade, a partir dos anos 1960, a colonização do campo pelo rural, portanto a afirmação da competição, do individualismo, do não cuidado com a terra, do mercantilismo (ZART, 2005). A educação do campo busca a raiz compreensiva na sua trajetória original e afirma a valoração da cooperação, da solidariedade, do cuidado com a terra, com a reciprocidade. Esta educação é, por necessidade histórica e científica, rigorosa, exigente, crítica, propositiva. Ela é construtiva porque é envolvente, participativa e contextualizadora, isto é, trabalha as questões fundamentais da comunidade, dos assentamentos. Afirma a reforma agrária como projeto para a democratização do Brasil. Encontra na agroecologia e na socioeconomia solidária os parâmetros para construir processos estruturantes de ambiências socioétnicas e epistemológicas geradoras de uma revolução de paradigma.

Analisamos que o fundamento epistemológico está na complexidade. Encontramos nesta abordagem os referenciais que nos possibilitam visualizar a inter-relação e a interdependência de diversas dimensões. Um processo educacional que tem na perspectiva da totalidade seu ponto de partida e seu horizonte compreende que o econômico é ecológico, que são políticos, que são pedagógicos, que são culturais. A educação do campo que afirma a práxis transformadora, a concreticidade da educação comprometida com o bem viver das pessoas.

Distintas percepções de trabalho

Para a geração e o desenvolvimento do campo haveremos de nos questionar sobre o trabalho. Qual trabalho afirmamos? Na mesma perspectiva da configuração social do espaço contraditório rural-campo, que traduz projetos educacionais distintos, o conceito de trabalho, como bem analisado por Arruda (2006), é transpassado de significados que expressam relações laborais contraditórias. O trabalho no rural é um processo de degradação da natureza e de desumanização do humano. Senão refletimos: o que significam as plantações extensivas monoculturais de soja, de cana-de-açúcar, de milho e de algodão com uso intensivo de insumos

agrícolas como agrotóxicos, sementes transgênicas e implementos senão um *modus operandi* que se assenta na percepção simplista da natureza? A metodologia de produção do rural tem como estratégia alcançar altos índices de produtividade, que demandam alta interferência na capacidade reprodutiva dos solos, impactando os ambientes naturais em ritmos velozes de degradação da biodiversidade. O trabalho produtivo do rural pode ser associado à lógica epistêmica moderna cartesiana. Com este aprendemos a metodologia analítica, que orienta para a divisão e a redução do objeto para a sua menor partícula. Esta é analisada, conhecida e desenvolvida. Quando o objeto é descontextualizado e isolado é de fácil manipulação e controle. Assim procede a metodologia da monocultura. Primeiro ocorre uma limpeza da área, arrastões que destroem a flora, a fauna, as águas, as terras. A diversidade do objeto que compõe a natureza é simplificada. Busca-se a menor partícula, uma única cultura, uniformizando, tornando monótono e monocromático o que era heterogêneo. É um processo gnosiológico e produtivo simplificador.

Esta perspectiva aplicada à natureza replica-se nas relações de trabalho. A cultura humana é reduzida a uma dimensão que se assenta em relações mercantis. Podemos indicar pelo menos duas formas de proceder adotadas pelo rural. Antecipamos que elas são complementares, porque fazem parte das relações de trabalho de reprodução ampliada do capitalismo. Uma maneira de (re) produção do trabalho é a que demanda qualificação especializada para a compreensão e o manejo técnico dos instrumentos de trabalho. Estas relações ocorrem com base nas demandas do latifúndio modernizado. O trabalhador necessita ser capaz de entender e manipular implementos que incorporam altas tecnologias. Há, neste sentido, a institucionalização de processos formativos para o trabalho que traduz os avanços tecnocientíficos. É a capacitação do indivíduo, profissionalizando-o para a produtividade, aumentando-se o volume produzido, com mais máquinas e com menos força-de-trabalho. O contexto do rural é gerador de dependência de insumos externos à propriedade, subsumido nas relações de mercado.

Além do trabalho de base modernizante, o rural do agronegócio, exportador e monocultural,

explora relações de produção que têm sua base nas relações de trabalho caracterizadas pela acumulação primitiva. Esta prática ocorre efetivamente no trabalho escravizado, que mantém refém o trabalhador nas fazendas. Podemos associar estas a campos de concentração, a expurgos econômicos e sociais que promovem a exploração exaustiva do corpo e da cultura do trabalhador. Muito próxima a esta prática, considerada ilegal, ocorrem os trabalhos sazonais, que contratam os “boias-frias”. Assentadas em relações trabalhistas assalariadas, constituem metodologias de exploração do trabalhador empregando técnicas que induzem a auto-exploração, isto é, brinca-se com a subjetividade dos trabalhadores, oferecendo a eles mais ganhos em conformidade com o volume de produção. Dessa forma, ao entrar no canavial, o trabalhador aplica toda a sua energia de trabalho para que ele possa, individualmente, ter maior produção e, por conseguinte, mais salário.

As relações de trabalho do rural caracterizam-se por alguns aspectos socioculturais relevantes. É um processo homogeneizador, isto é, o trabalho é configurado para a meta de obtenção de maior lucratividade. Para esta finalidade poderão ser englobadas tecnologias tecnocientíficas, incorporadas nos implementos e nas máquinas, ou nas relações tecnológicas rudimentares. A nossa tese é que ambas integram a reprodução ampliada do capital no meio rural. Na perspectiva cultural, o rural implanta técnicas de produção previamente definidas e planejadas para a obtenção de resultados produtivos que garantam índices de lucro para o proprietário das terras. As relações de trabalho são hierarquizadas, exploradoras e alienantes. A diversidade cultural desaparece quando definidos os objetivos ampliados de reprodução do capital, por isso, o trabalho de base técnica rudimentar e o trabalho que engloba os avanços tecno-científicos têm a mesma raiz histórica e fazem parte da mesma configuração social de exploração e dominação.

Em contradição ao rural, o trabalho na significação do campo representa a afirmação de uma perspectiva de mundo que constrói referenciais de emancipação. Colocamos o trabalho do campo em três orientações distintas e complementares. Primeiro na dimensão da educação, segundo na da agroecologia e terceiro na da socioeconomia solidária.

Na dimensão educacional indicamos que o trabalho, em consonância com Pistrak (2005), significa uma práxis educativa que traduz a experiência humana de produção e socialização de processos culturais. É por meio do trabalho que se transforma a natureza, que se criam ambiências de convivialidade social, de criatividade e de organização. O mundo do trabalho, fundamentado na cooperação, portanto na pedagogia da cooperação, exercita a aprendizagem de processos complexos de interação de sujeitos sociais em espaços socioculturais que condizem com os valores dos diversos grupos sociais. O trabalho, neste sentido, possui significados, processos e métodos que expressam a diversidade cultural de convivialidade das pessoas nos seus contextos histórico-empíricos e culturais.

As ambiências culturais que analisam as convivialidades educacionais não podem ser percebidas de forma ingênua. Embasado na teoria social crítica, o trabalho educativo deve ser problematizado constantemente para gerar saberes que estejam em convergência com o reconhecimento das diversidades culturais, com processos organizacionais de cooperação, com a sustentabilidade ambiental e com a solidariedade social. A educação do trabalho necessita investigar e questionar processos sociais que são alienadores, que instigam o espírito humano a permanecer na passividade da existência, a submeter-se a relações de dominação e de exploração. Para contrapor à pedagogia alienante, a pedagogia da cooperação deve olhar e compreender as estruturas sociais que estão construídas historicamente na divisão social do trabalho, que tem a propriedade privada dos meios de produção e a configuração social das classes sociais à base de organização da sociedade capitalista contemporânea.

Os valores hegemônicos na sociedade classista, que são propagados por diversos meios de comunicação, pela escola, pela universidade, são os que afirmam a competitividade, a concorrência, o individualismo, a livre-iniciativa no mercado capitalista, a criatividade como forma de aumentar a produtividade e, por conseguinte, a lucratividade, a inventabilidade como método intelectual de autoexploração. Podemos afirmar que esta é a pedagogia do capital que engloba as subjetividades domesticando-as para a devida adequação e adaptação ao existente.

Por outro lado, a pedagogia da cooperação deve produzir uma epistemologia inquietante, questionadora e propositiva. A inquietação é a capacidade do olhar, do sentir e do perceber atento e aguçado que procura visualizar e compreender os significados produzidos nas relações sociais. Ela é questionadora por que problematiza os significados buscando a historicidade dos fenômenos culturais que estruturam e são constituintes do modo de ser em sociedade. Ela é propositiva porque não somente interpreta o existente, descrevendo o que é, mas é provocativa da imaginação superadora das relações existentes. Desta forma, a pedagogia da cooperação é geradora da contra-hegemonia, isto é, de uma cultura de convivialidade negadora do trabalho explorado, da política dominante, da educação bancária, da cultura unidimensional, da epistemologia linear, da economia mercantilista, da subjetividade passiva. A contra-hegemonia é a afirmação de processos societários que traduzem e produzem valores como a cooperação, a solidariedade, a sustentabilidade.

A pedagogia da cooperação, por assentar-se nos princípios da coletividade, é exigente de aprendizagens geradoras de competências de dinâmicas sociais e educacionais grupais, por meio das quais sujeitos sociais interagem. A interação de sujeitos requer uma educação dialógica, que proporciona e gera o saber ouvir, o falar, a ponderação, o perguntar, a proposição. É uma concepção educacional humanizadora, conscientizadora, politizadora. Portanto, é uma pedagogia geradora de competências auto-organizadoras de grupos sociais.

A pedagogia da cooperação na perspectiva da educação do campo deve ser associada à agroecologia. Neste sentido, apreende a complexidade da relação cultura e natureza na organização social dos camponeses envolvidos em práticas produtivas. A agroecologia (CAPORAL; COSTABEBER, 2004), enquanto ciência e prática social, desenvolve referenciais que apreendem a natureza e a sociedade como conjuntos formados por partes que são interdependentes. Desta forma, ao perceber a saúde da terra, percebe a saúde do ser humano. Ao reconhecer a diversidade biológica, reconhece a diversidade sociocultural. Ao saber da sensibilidade da terra e desta como ser vivo e frágil, sabe dos saberes, dos sabores, das sensibilidades e dos valores dos camponeses. A

agroecologia, enquanto prática social produtiva, não se reduz às relações mercantilistas, mas tem como referência a solidariedade sincrônica, porque olha para as gerações presentes, quanto a diacrônica, por que define como valor maior a vida e as condições para as gerações futuras.

A educação do campo, para ser completada no seu propósito, deve estar arraigada na socioeconomia solidária. Este é um processo necessário para mobilizar metodologias e técnicas de organização dos camponeses, gerando ambiências favoráveis para a educação e a aprendizagem de dinâmicas de empoderamento na perspectiva da produção, da consciência coletiva, do empreendimento econômico solidário, do consumo consciente. Na perspectiva exposta por Morais (2002), o camponês tem uma concepção de trabalho asentada em dinâmicas organizacionais de artesanato. Vale esclarecer, o artesão inicia e termina o seu projeto, sem necessitar compartilhar com outros o trabalho. Esta dinâmica gera a atitude que define o desenvolvimento isolado (individual) do produto. Esta configuração, no nosso entender, gera duas consequências. A primeira é limitante para a prática social da socioeconomia solidária. O fator de limitação é a centralidade do tempo e do espaço do camponês que não compartilha os instrumentos de trabalho, as técnicas de produção, o planejamento do processo e os produtos do trabalho. Esta situação traduz, por outro lado, uma configuração relevante para o exercício da coletividade do trabalho. Diferenciamos necessariamente o trabalho alienante promovido pela divisão social com base em classes sociais, que separa os meios de produção da força de trabalho, da imaginação e da criatividade intelectual, dos resultados do trabalho.

A socioeconomia solidária, distintamente, afirma a politecnia do trabalho, que significa a capacitação do (a) trabalhador (a) para os diversos momentos do processo produtivo: a concepção, a execução, a avaliação, a distribuição coletiva e em conformidade com a participação de cada qual. O princípio da organização autogestionária, supera-

dora do individualismo, e o exercício de relações intersubjetivas dialógicas é a matriz organizacional da cooperação e a solidariedade no trabalho coletivo. Para a consecução destas possibilidades faz-se mister, conforme Machado (2004), a formação omnilateral do ser humano. Há de ser educado para a coletividade. E a autora questiona sobre a formação que a escola desenvolve, como torná-la educadora para a cooperação e a coletividade?

O perfil do camponês artesão nos proporciona uma pista interessante. A sua base de construtor individual poderá ser transformada em saberes para o exercício do trabalho coletivo. O movimento da socioeconomia solidária deverá compreender o sentido da superação do trabalho alienante, para a objetivação do trabalho emancipador. Podemos aferir que se o camponês artesão tem o domínio do processo do trabalho, requer a organização para o exercício coletivo do trabalho na perspectiva da politecnia.

Com esta perspectiva podemos alicerçar nosso pensar na possibilidade de mobilização e organização social e educativa que tem na autogestão, na constituição de redes de cooperação, na solidariedade e na sustentabilidade o direcionamento para as práxis pedagógicas e políticas que provocam a humanização do ser reificado. E ainda na afirmação de Mészáros:

“...a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo...” (2005, p.76).

Para finalizar, o trabalho, a educação, a economia para a promoção do ser humano emancipado devem problematizar e gerar a práxis para a constituição de espaços e tempos que geram contextos para a concretização dos “*produtores associados livremente*”. Conceito este de Marx e que Mészáros (2005) desenvolve com muita propriedade, quando discute caminhos para nos educarmos para além do capital.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Marcos. **Tornar real o possível**: a formação do ser humano integral, economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho. Petrópolis: Vozes, 2006.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: aproximando conceitos com a noção de sustentabilidade. In: RUSCHEEINSKY, Aloísio. **Sustentabilidade**: uma paixão em movimento. Porto Alegre: Sulina, 2004.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- MACHADO, Ilma Ferreira. Educação solidária e formação omnilateral. In: ZART, Laudemir Luiz (Org.). **Educação e sócio-economia solidária**: paradigmas de conhecimento e de sociedade. Cáceres: Ed.Unemat, 2004.
- MÉSZÁROS, István. **A educação além do capital**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília, DF: MEC, 2004.
- MORAIS, Clodomir Santos de. **Teoria da organização autogestionária**. Porto Velho: Ed. Ufro, 2002.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Trad. Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1996.
- PERIPOLLI, Odimar João. Escola do campo: uma proposta solidária. In: ZART, Laudemir Luiz (Org.). **Educação e sócio-economia solidária**: interação universidade-sociedade. Cáceres: Ed.Unemat, 2005.
- PISTRAK. **Fundamentos da escola do trabalho**. Trad. Daniel Aarão Reis Filho. São Paulo: Expressão, 2005.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- RUSCHEEINSKY, Aloísio. **Metamorfoses da cidadania**: sujeitos sociais, cultura política e institucionalidade. São Leopoldo: Ed.UNISINOS, 1999.
- ZART, Laudemir Luiz. **Encantos, caminhos e desencontros**: migração-colonização na Amazônia Mato-grossense. Cáceres: Ed.Unemat, 2005.

Recebido em 05.05.10
Aprovado em 21.06.10